

O legado cultural da imigração europeia na Região Sul do Brasil

Uma análise das ações de valorização do patrimônio da imigração pelo Iphan e pela comunidade

The cultural legacy of European immigration in the Southern region of Brazil: an analysis of actions taken by IPHAN and the community to value the heritage of immigration

Recebido em: 30/09/2025

Aprovado em: 19/05/2026

Thamiris Woehl

Sura Souza Carmo

[Sobre as autoras >>](#)

RESUMO

O presente artigo aborda a valorização do patrimônio da imigração europeia no Sul no Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entre 1937 e 2026 e a criação de museus como uma forma de valorização dos bens patrimoniais e de compartilhamento de memórias. Procura-se, com isso, evidenciar a importância do patrimônio da imigração para a formação da identidade nacional, ressaltando as ações de tombamento, criação de museus e festas populares. Além das fontes bibliográficas, o estudo está ancorado na análise quantitativa e qualitativa de bens tombados e registrados e no exame de dossiês organizados pelo Iphan de caráter documental, disponibilizados no site da instituição. Considera, também, o levantamento do número de museus existentes vinculados à imigração no Sul do país, cadastrados no MuseusBr; e em visitas de campo na região noroeste e no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Os principais resultados da pesquisa estão relacionados à valorização tardia dos bens relacionados à imigração, ou seja, uma ausência de tombamentos nas primeiras décadas de atuação do Iphan; ao reconhecimento de algumas técnicas construtivas dos imigrantes, a partir da década de 1980, por meio de tombamentos e publicações; e à existência de muitos museus relacionados à temática no Sul do país.

Palavras-chave: patrimônio; imigração europeia; Sul do Brasil; Iphan; museus da imigração.

ABSTRACT

This article discusses the appreciation of European immigration heritage in Southern Brazil by Iphan (National Institute of Historic and Artistic Heritage) between 1937 and 2026, and the creation of museums as a way to value heritage assets and share memories. This article aims to highlight the importance of immigration heritage in shaping national identity, emphasizing actions such as heritage listing, the creation of museums, and popular festivals to promote this heritage. In addition to engaging with bibliographic sources on the subject, the study is anchored in the quantitative and qualitative analysis of properties listed and registered by Iphan) and the examination of dossiers organized by the agency that have a documentary character, available on the institution's website; by surveying the number of existing museums linked to immigration in the south of the country registered in MuseusBr; and by field visits in the northwest region and Itajaí Valley in Santa Catarina. The main findings of the research relate to the late appreciation of assets related to immigration, that is, a lack of heritage listings in the first decades of Iphan's activity; the recognition of some immigrant construction techniques, starting in the 1980s, through heritage listings and publications; the absence of registered assets; and the existence of a large number of museums related to the theme in the south of the country.

Keywords: heritage; European immigration; Southern Brazil; Iphan; immigration museums.



Introdução

Após o advento da República, intelectuais e grupos políticos pertencentes a correntes de pensamento diversas passaram a buscar símbolos que representassem a nação. A partir da década de 1920 foram feitas tentativas de criação de uma legislação federal do patrimônio e intensificou-se a publicação de textos a respeito das “relíquias do passado” relacionados, principalmente, ao passado colonial, à Família Imperial e à Guerra do Paraguai. Para isso houve a valorização de cidades históricas, do movimento Neo-colonial e coleções museológicas (Magalhães, 2017; Natal, 2013; Pinheiro, 2012). Entretanto, a partir do governo de Vargas, em 1930, o Estado passa a atuar fortemente na valorização de determinados bens culturais como símbolos nacionais, com a patrimonialização, a musealização e a difusão pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Compreende-se que a identidade nacional no varguismo foi uma forma de se alcançar a unidade mediante o estímulo do sentimento coletivo de pertencimento à nação por meio de elementos comuns como o território, as tradições, a culinária, a religião, o folclore etc.

Apesar da hegemonia do Estado, sobretudo no período do Estado Novo (1937-1945), Maria Paoli (1987, p. 98) compreende como equivocada a ideia de que grupos e classes sociais eram “sujeitos vazios” ou vistos como “formas que se movimentam a partir da impulsão do Estado”. Observa-se que houve a atuação do Estado de forma marcante desde a década de 1930 na seleção e preservação do patrimônio, entretanto, ocorreu a participação de grupos sociais de maneira hegemônica e contra hegemônica. Deste modo consideramos que, por décadas, o campo do patrimônio no Brasil é palco de disputas simbólicas devido ao privilégio de narrativas relacionadas às elites em detrimento de expressões de grupos subalternizados – negros, povos originários e imigrantes europeus nos séculos XIX e XX.

A partir da teoria de campo de Pierre Bourdieu, salienta-se que diferentes grupos competem pela hegemonia de seus valores e sua história por meio de práticas de poder uns sobre os outros do acúmulo de capital simbólico. De acordo com Lopis (2017), é uma dis-

puta econômica, política e simbólica, em que se cruzam os interesses de três agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. Enquanto um lado defende a valorização de monumentos históricos e artísticos, outros reconhecem como prioritárias outras formas de expressão vinculadas aos saberes e memórias (Jeudy, 1990; Nora, 1993). Há, ainda, diversas críticas relacionadas à gestão do patrimônio feitas, por exemplo, por Laurajane Smith (2021), com o “discurso autorizado do patrimônio”; e estudos ancorados nos silenciamentos/apagamentos de determinados grupos nas políticas patrimoniais ou relacionados a análises decoloniais (Amaral, 2015; Chuva, 2014; Noce, 2024; Singulane, 2026).

Ao se pensar o campo do patrimônio associado a disputas e tensões (Poulot, 2009), procuramos evidenciar a diversidade do patrimônio cultural do Brasil como resultado dos diferentes grupos étnicos que formaram a identidade do povo brasileiro ao longo dos séculos. Todavia, a ação de proteção do patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan),¹ por meio do tombamento, durante décadas não refletiu a diversidade dos bens culturais do país. A escolha por determinados bens em detrimento de outros não foi aleatória nos primeiros tombamentos, mas um movimento que envolvia valores estéticos, históricos e questões raciais que silenciaram a presença das culturas afro-brasileiras, dos povos originários e dos imigrantes europeus dos séculos XIX e XX, impactando ainda a salvaguarda de patrimônios de tais grupos na atualidade.

Compreende-se que a história da formação do povo brasileiro e de sua identidade² também perpassa os grandes fluxos imigra-

¹ Durante a trajetória do órgão brasileiro de proteção do patrimônio, houve mudanças em sua nomenclatura: em 1937 chamava-se Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); em 1946, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); em 1970, Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (Iphan); em 1979, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); em 1990, Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC); e, no ano de 1994 volta a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o qual se mantém atualmente (Fonseca, 2005).

² Na década de 1930 ocorreu uma mudança de pensamento que reformulou a identidade brasileira, caracterizada pela valorização da miscigenação e construção de uma identidade nacional baseada na mistura de três matrizes étnicas principais: europeia (portuguesa), indígena e africana. A publicação de *Casa Grande e Senzala*, em 1933, em que Gilberto Freyre evidencia a mistura harmoniosa das três raças, é um marco teórico de tal ideia. Contudo, o imigrante europeu dos séculos XIX e XX foram preteridos da concepção de nação do período.

tórios dos séculos XIX e XX, pois durante tal período muitos imigrantes europeus desembarcaram em países do continente americano, devido às crises políticas e sociais que a Europa enfrentava. Diversos problemas socioeconômicos que ocasionaram o colapso do trabalho artesanal, como desequilíbrios demográficos, guerras, disputas por terras, êxodo rural, avanço tecnológico e fundação de indústrias nos grandes centros urbanos da Europa, levaram pessoas a deixar países como Itália, Alemanha, Polônia, Rússia, França, Inglaterra, Portugal e Espanha e atravessarem o Atlântico (Klug, 1991; Petrone, 1982). Enquanto a classe trabalhadora europeia empobrecia, concomitantemente, havia propagandas dos países americanos para recrutar os imigrantes, indicando facilidade de locomoção para a América e, em alguns casos, facilidade para a aquisição ou até mesmo para a doação de terras férteis.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000), entraram no Brasil, entre 1884 e 1949, um total de 4.630.693 imigrantes com nacionalidades distintas, sendo alemães e italianos o maior quantitativo de pessoas. Porém, houve a vinda em menores números de espanhóis, portugueses, holandeses, poloneses e povos de outras nacionalidades. De todas as regiões do Brasil, o Sul foi a região que recebeu o maior número de imigrantes devido às legislações criadas pelo governo brasileiro.

As primeiras iniciativas nacionais para abrigar os imigrantes europeus não lusitanos, ocorreu no ano de 1808 com a concessão de sesmarias a estrangeiros estabelecidos pelo Decreto de 25 de novembro de 1808 (Brasil, 1891). Conforme Paulo Gonçalves (2008, p. 136), “açorianos e suíços foram os primeiros trazidos por ordem oficial, culminando com as medidas adotadas por D. João VI, que refletiam o interesse da coroa em incentivar a emigração europeia para o Brasil”. Os investimentos na vinda de imigrantes europeus tinham como objetivo a ocupação das terras devolutas da região sul do Brasil, a utilização da mão de obra livre para trabalho nas

lavouras de café e o branqueamento³ da sociedade brasileira – pensamento hegemônico entre as elites como uma alternativa para civilizar os costumes do país (Petrone, 1982; Schwarcz, 1993).

A Região Sul do Brasil, para o governo brasileiro, possuía território apto para a fundação de núcleos coloniais de imigrantes pois era caracterizada por “terras devolutas em abundância, densidade populacional [...] baixa” e pela existência de “contenciosos fronteiriços, sobretudo com a Argentina” (Seyferth, 2008, p. 7). O intuito do governo era o estabelecimento de pequenas propriedades rurais para suprimir o sustento do país com a policultura, pois esperava-se, “com experiências agrícolas e de criação de gado diferentes, [...] técnicas artesanais novas” e “hábitos de vida outros que os das populações existentes”, que tais imigrantes contribuíssem “para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado” (Petrone, 1982, p. 18).

As colônias de imigrantes na Região Sul começaram a ser fundadas nas terras interioranas, sendo a exploração e a abertura das matas algumas das características principais de seu estabelecimento. Durante o século XVIII, a costa litorânea do sul brasileiro tinha recebido imigrantes açorianos⁴ que desembarcaram e construíram suas vilas às margens dos litorais. Somente no início do século XIX, imigrantes não lusitanos iniciam o processo de habitação dos sertões catarinense, paranaense e gaúcho. Em 1824, foi fundada a primeira colônia de imigrantes germânicos, denominada São Leopoldo e localizada no Rio Grande do Sul. Mais tarde, fundou-se a Colônia São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina (1829), e a colônia Rio Negro no Paraná (1829).

³ A busca pelo branqueamento da população brasileira foi ancorada na difusão do racismo científico – movimento intelectual e social baseado em teorias evolucionistas que hierarquizava raças humanas de acordo com traços físicos, ambiente de nascimento ou aspectos culturais. Devido à grande mestiçagem do povo brasileiro e da grande presença de descendentes de africanos, as elites brasileiras incentivaram e financiaram a entrada de determinados povos europeus para evitar a degeneração do povo e, consequentemente, o não progresso do país (Schwarcz, 1993).

⁴ Os açorianos são populações que vivem no Arquipélago dos Açores pertencente a Portugal. Segundo Piazza e Hübener (1989), o estímulo para a imigração dos açorianos se deu por fatores ambientais, superlotação e questões econômicas, gerando escassez de comida e miséria pelo território.

O processo de fundação desses núcleos coloniais não ocorreu de forma pacífica devido aos conflitos territoriais com os povos originários, como Carlos Carola (2010, p. 557) informa a respeito do processo de colonização do território catarinense: “[...] os indígenas são retratados como bugres, ferozes e perigosos, e sempre no sentido de demonstrar que os ataques estavam comprometendo o sucesso da colonização e ameaçando a vida dos ‘pobres colonos’”. A ocupação territorial por indígenas não era reconhecida pelo governo brasileiro. Com isso houve o investimento em companhias para a proteção dos imigrantes e o extermínio dos povos originários. Devido a essa marginalização dos povos originários e caboclos na Região Sul, criou-se uma categorização para o imigrante europeu que passou a ser tratado como “colono”, de modo a demarcar os contingentes populacionais como agricultores em colônias, “[...] que perdura até hoje na conformação (simbólica) das identidades étnicas” (Seyferth, 2012, p. 16). Portanto, a chegada dos imigrantes ao Brasil foi repleta de impasses que incluíam a adaptação ao clima, a aprendizagem de uma nova língua, conflitos e preconceitos relacionados à origem em momentos políticos distintos do nosso país. Ressalta-se, neste estudo, que a imigração europeia no Brasil contempla mais de duzentos anos de história e que os imigrantes europeus dos séculos XIX e XX também influenciaram na formação das características do povo brasileiro.

Assim, objetiva-se, neste artigo, apresentar o patrimônio da imigração europeia da Região Sul do Brasil por meio de um levantamento quantitativo dos bens tombados/registrados pelo Iphan, ressaltando a importância do patrimônio cultural da imigração para a cultura brasileira, e apontando para a criação de museus da imigração e a valorização de tradições populares pela sociedade como formas comunitárias de reconhecimento do valor cultural dos costumes dos imigrantes.

Sobre a metodologia, quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória. Em relação aos procedimentos técnicos, os instrumentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental, a análise quantitativa e qualitativa dos bens tombados/registrados pelo Iphan a respeito da imigração, desde a fundação do órgão até a atualidade (1937-2026), e visitas de campo. Durante a pesquisa

bibliográfica, foram encontrados estudos a respeito da valorização e da caracterização do patrimônio do imigrante na Região Sul do país, com destaque para os estudos de Daniela Pistorello (2015, 2018, 2020) e Maria Regina Weissheimer (2012). A pesquisa documental, de caráter qualitativo, teve como principal elemento a análise de textos produzidos pelo Iphan que apresentam quais os grupos e as regiões que tiveram seus patrimônios valorizados e quais os que continuam sem visibilidade; e o exame dos dossiês quanto ao registro do patrimônio imaterial, nos quais foi averiguada a presença/ausência de bens relacionados aos imigrantes.

As análises qualitativa e quantitativa basearam-se nas informações disponibilizadas na página do Iphan com dados gerais como localização, características do bem, ano de tombamento/registro etc. As informações sobre os bens tombados foram extraídas de uma planilha disponibilizada no site do Iphan que apresenta dados sobre bens relacionados à imigração europeia nos séculos XIX e XX. São assim considerados os bens vinculados a antigas colônias (segundo levantamento histórico da ocupação do território por imigrantes), os que utilizam técnicas construtivas e materiais provenientes de países de origem dos imigrantes (Alemanha, Itália, Holanda, Ucrânia etc), determinadas tipologias de elementos decorativos e a própria classificação do Iphan por meio da publicação de dossiês sobre o material analisado. Quanto aos bens de natureza imaterial, há um maior número de informações disponibilizadas no website do Iphan, incluindo publicações de dossiês, o que permitiu averiguar a inexistência de registro de patrimônio vinculado à imigração europeia no Sul do Brasil.

A pesquisa de campo foi realizada no noroeste de Santa Catarina – região do município de Mafra e adjacências – e na região metropolitana do Paraná, com caráter qualitativo, a fim de averiguar as potencialidades do patrimônio da imigração nas regiões, pois nenhuma das duas possui tombamentos na esfera federal. Foi feita, também, uma visita de campo na região do Vale do Itajaí, onde se concentram cidades muito visitadas, devido à valorização do patrimônio da imigração, a fim de se observar as características dos bens tombados no local. Algumas tradições locais têm potencial para registro como patrimônio imaterial – como as pinturas artesanais dos ovos de Páscoa de Pomerode.

A fim apresentar o caminho percorrido para a salvaguarda de patrimônios e tradições não restritos à atuação do Iphan, em um cenário onde faltam registros de bens de natureza imaterial, inicialmente foi realizada uma análise quantitativa de museus na Região Sul do país que se caracterizam por serem da imigração ou possuir acervos a ela relacionados, por meio da plataforma MuseusBr. Em seguida, foi realizado um levantamento qualitativo de celebrações preservadas de geração para geração no Sul do país vinculadas à imigração que, futuramente, poderão ser classificadas como bens de natureza imaterial.

Políticas patrimoniais no Brasil

Nas primeiras décadas do século XX alguns intelectuais,⁵ de origem e ideologias diversas, tentaram criar leis e/ou publicaram artigos na imprensa em defesa do patrimônio nacional, sobretudo edificações do período colonial que corriam o risco de desaparecer por falta de conservação e pela modernização/reforma de centros urbanos (Magalhães, 2017). Enquanto não surgia uma lei federal de proteção do patrimônio, os estados de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia criaram inspetorias estaduais do patrimônio, buscando coibir a destruição e o tráfico ilícito de bens (Dócio, 2014). Os primeiros atos administrativos no âmbito federal em prol da defesa do patrimônio só ocorreram na década de 1930 devido às ações nacionalistas do Governo Vargas (1930-1945). Determinados monumentos históricos foram escolhidos, à ocasião, como símbolos da nação para fortalecimento da identidade e unidade nacional.

⁵ Pode-se classificar como de caráter heterogêneo os intelectuais que defendiam a proteção do patrimônio no início do século XX. Apesar de difundida amplamente a atuação dos intelectuais modernistas na proteção do patrimônio nacional, sobretudo, por atuarem à frente do Iphan na criação do órgão, muitos intelectuais atuaram na defesa do patrimônio de forma enérgica, como por exemplo: Alberto Childe (conservador do Museu Nacional), Augusto Lima (poeta), Luís Cedro e Wanderley de Araújo Pinho (políticos), que propuseram leis federais para a proteção do patrimônio na década de 1920; Gustavo Barroso, que publicou na imprensa artigos diversos, criou o curso de Museus e a Inspeção dos Monumentos Nacionais no âmbito do Museu Histórico Nacional entre as décadas de 1910 e 1930; Alceu Amoroso Lima, defensor do patrimônio religioso; Jorge Amado, defensor das manifestações populares e de matriz africana, dentre outros.

A primeira ação desta natureza foi a elevação do município de Ouro Preto (MG) a monumento nacional, de acordo com o Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933 (Brasil, 1933), justificado por seu valor histórico, artístico e cívico. Outro destaque foi a criação, por Gustavo Barroso, da Inspetoria dos Monumentos Nacionais no âmbito do Museu Histórico Nacional, órgão que atuou entre 1934 e 1937 na salvaguarda do patrimônio nacional com ações limitadas à cidade de Ouro Preto. A inspetoria foi substituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, por meio do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 (Brasil, 1937), sendo Rodrigo Melo Franco de Andrade o primeiro diretor do órgão. O decreto instituiu o instrumento do tombamento como forma de proteção e reconhecimento do valor de bens culturais materiais com a possibilidade de inscrição em quatro livros de tombo: *Livro das belas artes*; *Livro histórico*; *Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico*; e *Livros das artes aplicadas*. Observa-se a influência do modelo francês de proteção do patrimônio na criação da legislação brasileira, pois o nacionalismo varguista caracterizou-se, assim como na França, como “um dever patriótico” de preservação das relíquias do passado com finalidades pedagógica e ideológica (Poulot, 2011, p. 26).

A gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre 1937 e 1967, priorizou tombamento de bens de natureza material representativos de um progresso material brasileiro do período colonial. Há, portanto, o enaltecimento de determinados estilos artísticos (principalmente o Barroco) e a valorização de edificações relacionadas a personalidades históricas e pertencentes à elite cultural e econômica. Predominaram tombamentos de edificações religiosas e, em seguida, civis e militares. Tais características podem ser compreendidas como necessários para buscar consolidar a representação do país, a partir de bens históricos e artísticos que significassem testemunhos de uma herança sólida (monumentalidade), de origem europeia, para atestar a importância da ex-colônia portuguesa no cenário mundial. Ao mesmo tempo, buscava-se afirmar a “construção de uma história da nação fundada na possibilidade de construir heróis nacionais” (Chuva, 2009, p. 42). Silvana Rubino (1996, p. 99) evidencia que os primeiros bens tombados atenderam

principalmente a um projeto nacionalista de construção da identidade brasileira idealizado durante o governo de Getúlio Vargas, com “tom ufanista”, relacionado à criação de símbolos nacionais como “obrigação cívica”, sobretudo na gestão de Rodrigo Andrade. A autora observa ainda a falta de tombamentos de bens relacionados aos séculos XIX e XX, exceto por imóveis relacionados à família imperial, às lutas pela Independência e ao movimento modernista carioca. Rubino (1996, p. 102) considera que as disputas e tensões, relacionadas aos bens tombados, refletem-se na crítica de alguns grupos à época da gestão de Rodrigo Andrade. A exclusão “das marcas de um passado recente e indesejável” e a eleição de um Brasil antepassado exclui alguns atores contemporâneos e não apresenta os conflitos e contrastes do país.

Essa construção da identidade nacional realizada pelo Iphan não incluiu bens relacionados aos povos originários, afrodescendentes e imigrantes, evidenciando o silenciamento de uma parcela da população que não se via representada nos bens tombados pelo órgão. Uma maior representatividade dos grupos que formam o povo brasileiro poderia ter ocorrido se as categorias de bens pensadas no anteprojeto encomendado a Mário de Andrade em 1936 tivessem entrado no Decreto-lei nº 25, ainda que a proposta não contemplasse bens relacionados à população afro-brasileira nem a imigrantes europeus dos séculos XIX e XX (Andrade, 2002).⁶

Após a gestão de Rodrigo Andrade, no final dos anos 1960, o Iphan viveu um período de insuficiência de recursos, durante a gestão de Renato Soeiro, e sofreu com a descentralização da proteção do patrimônio. Um grupo de intelectuais criou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), mecanismo concebido para pensar a promoção do patrimônio das culturas populares que não eram vinculadas ao órgão do patrimônio. A ideia da entidade era desenvolver um modelo apropriado aos diferentes contextos sociais brasileiros,

⁶ Para Mário de Andrade (2002), as obras de arte patrimonial seguiam oito categorias: 1) Arte arqueológica; 2) Arte ameríndia; 3) Arte popular; 4) Arte histórica; 5) Arte erudita nacional; 6) Arte erudita estrangeira; 7) Artes aplicadas nacionais; 8) Artes aplicadas estrangeiras. O negro não foi incluído, e o estrangeiro não deve ser confundido com imigrante – estrangeiro está relacionado a obras de arte produzidas por não brasileiros no Brasil ou no exterior que estão aqui no país e que formariam também o nosso patrimônio.

realizando, não a coleta de bens, mas a produção de referências a serem utilizadas no planejamento econômico e social do país, nas quais o patrimônio estaria ligado ao desenvolvimento econômico e turístico (Fonseca, 2005). O diretor do CNRC foi o gestor cultural e *designer* pernambucano Aloísio Magalhães. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira (2008), o CNRC tinha por objetivo mapear, documentar e entender a diversidade cultural brasileira, rompendo com a predominância do Iphan em valorizar aspectos históricos/artísticos de criação individual em detrimento do fazer popular que revelava os bens culturais nas práticas cotidianas.

Quando Aloísio Magalhães se tornou o diretor do Iphan, o CNRC foi incorporado ao órgão, sendo a gestão marcada pelo início de uma política patrimonial mais abrangente. Esta segunda fase do Iphan, segundo Regina Abreu (2015), iniciada na década de 1980, é marcada pelo alargamento da noção de patrimônio, que ocorreu devido à ação reivindicatória dos movimentos sociais por maior representatividade e à compreensão de que outros estilos artísticos também deveriam ser contemplados como representativos da arquitetura brasileira. Para Gonçalves (1996, p. 54-55), Aloísio Magalhães compreendia que a cultura brasileira era “composta por múltiplas e distintas sub-culturas”, observando a cultura africana e ameríndia, “não como estágios de uma evolução universal em direção à civilização, mas como formas de vida social e cultural atuais, diversas e em processo de transformação” e que “deveriam ser igualmente representadas por uma política de patrimônio cultural”. Apesar da morte prematura de Magalhães, o Iphan continuou, nos anos 1980 e 1990, a valorizar patrimônios antes não contemplados, como terreiros, construções em estilo eclético e os relacionados à imigração.

Apesar da Constituição de 1988 (Brasil, 1988) definir como patrimônio cultural brasileiro o patrimônio material e imaterial, apenas com o Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 (Brasil, 2000) foi sancionado o registro como instrumento de salvaguarda de bens imateriais. A criação do instrumento do registro para valorização do patrimônio imaterial brasileiro demarca a terceira fase da atuação do Iphan frente ao patrimônio nacional. O registro dos bens de natureza imaterial do Iphan é realizado em quatro livros: *Livro de registro dos saberes*; *Livro de registro das celebrações*; *Livro de registro*

das formas de expressão e *Livro de registro dos lugares*. A valorização de diversos aspectos das culturas populares a partir do registro do patrimônio imaterial proporcionou visibilidade para práticas ancoradas nos saberes populares e transmitidas pela prática da oralidade. Esta nova forma de conceber o patrimônio cultural nacional permitiu que diferentes grupos sociais, antes silenciados, tivessem seus saberes e práticas elencados como tradicionais e, portanto, representativas da nação (Abreu, 2007).

De caráter embrionário na atuação do CNRC e alicerçado na Constituição de 1988, o registro como instrumento de salvaguarda de bens de natureza imaterial é o resultado de novas formas de compreender a preservação do patrimônio cultural brasileiro, reparando as ausências de diversas representações étnicas – manifestações culturais relacionadas aos povos originários e afrodescendentes, e, quantitativamente, os bens mais registrados. Se, por um lado, as ações de tombamento das primeiras décadas de atuação do Iphan sofreram diversas críticas devido ao seu caráter elitista, por outro, o registro dos bens imateriais têm gozado de um certo prestígio por ser um “instrumento de valorização das diversas formas de realização artística das matrizes culturais não hegemônicas” que assegura, “por meio do reconhecimento e da política pública de proteção do patrimônio, as condições de produção e de reprodução dos saberes associados, por exemplo, às referências culturais negras e indígenas” (Lima, 2020, p. 49). O tombamento, com uma maior variedade de tipologias de bens materiais tombados nos últimos anos, em conjunto com o registro do patrimônio imaterial, tem buscado representar as diferentes etnias que formam o povo brasileiro nas políticas patrimoniais. Ainda há, contudo, grupos subrepresentados, como os imigrantes dos séculos XIX e XX.

A valorização tardia do patrimônio da imigração no Brasil

Entende-se, no desenvolvimento deste artigo, *patrimônio da imigração* como os bens culturais de natureza material e imaterial que se relacionem à imigração europeia nos séculos XIX e pri-

meira metade do século XX, no Brasil, que preservam a memória, a identidade e a cultura de grupos imigrantes. De acordo com Paiva (2015, p. 229), o patrimônio material da imigração é caracterizado por remanescentes vinculados a contextos rurais e urbanos como: edificações (comunitárias, comércios, escolas, igrejas); técnicas construtivas como estruturas autoportantes (alvenaria de tijolos, de tijolos aparentes, tijolos rebocados, alvenaria em pedra, construções em madeira); uso de determinados materiais (terra e cal, madeira, pedra e metais); reconhecimento de técnicas de determinados grupos étnicos relacionados a detalhes construtivos, materiais e divisões, e ornamentação. A arquitetura reflete também a adaptação de determinados modelos construtivos à realidade do clima no território brasileiro. Em relação ao patrimônio imaterial, podem ser observados saberes e fazeres como artesanatos e hábitos alimentares, festas e celebrações nas regiões de imigração na Região Sul do país, e os dialetos falados nas regiões que passam de geração para geração.

Muitos exemplares do patrimônio da imigração são encontrados na Região Sul, devido à fundação das colônias de imigrantes pelo território. O legado cultural herdado dos imigrantes compõe as tradições e os costumes da região, como afirma Giralda Seyferth (2012, p. 18) ao elencar “hábitos alimentares, formas de organização social e sociabilidade, associações recreativas culturais, estilos arquitetônicos, modos de ocupação do espaço” como contribuições, “para a coesão grupal e elaboração das identidades étnicas”. Nos três estados que compõem a Região Sul, é possível encontrar uma diversidade de bens patrimoniais dos grupos que imigraram para o território, porém, cada estado terá singularidades em seus bens.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a receber imigrantes não lusitanos no Brasil, sobretudo, italianos, sendo possível encontrar remanescentes patrimoniais na cultura local. Os bens dos imigrantes italianos são compostos por construções em pedra, madeira, e pequenas indústrias rurais contendo pouca ornamentação e pintura (Iphan, 2011, p. 82). Outra característica que marca a presença da cultura italiana no estado são os festejos, a produção agrícola – principalmente o cultivo das uvas – e as rotas turísticas como o Caminho dos Moinhos. Ana Meira (2020, p. 172), ao discutir

o patrimônio arquitetônico da imigração europeia no Rio Grande do Sul, afirma que a arquitetura desenvolvida pelos imigrantes nas regiões de imigração europeia criou uma linguagem a partir do incremento de novas técnicas construtivas e da adequação de materiais disponíveis no país. Em razão da adaptação dos recursos disponíveis no novo mundo, esses bens de caráter material e imaterial se tornaram símbolos da identidade cultural do imigrante, e consequentemente, do país.

O estado de Santa Catarina contém o maior número de bens da imigração germânica, com patrimônios relacionados aos imigrantes alemães em todo o território. As edificações em estilo enxaimel e casas de alvenaria autoportantes são típicas de regiões de imigração. Os festejos germânicos estão presentes em localidades catarinense, como Oktoberfest, Heimatfest, Schützenfest e a Festa Pomerana que celebram a cultura germânica com desfiles, danças, culinária e músicas.

O estado do Paraná possui diversos bens ligados aos povos eslavos⁷ devido ao grande número de fluxos imigratórios que chegaram na região. No território que recebeu esses imigrantes é comum a utilização de madeira nas construções arquitetônicas, igrejas com cúpulas nos telhados – característico das igrejas ucranianas, e o uso de ornamentos em madeira como os lambrequins.⁸

Ao analisar as pesquisas sobre o patrimônio cultural do imigrante na Região Sul, notamos a existência de artigos que abordam os mais diversos bens do imigrante. Alguns, porém, são direcionados às pequenas localidades na Região Sul ou tratam apenas de uma tipologia do patrimônio. Já as pesquisas realizadas por Daniela Pistorello (2015, 2018, 2020) elencam toda a trajetória de valorização do patrimônio do imigrante no Brasil, trazendo um conteúdo amplo sobre o reconhecimento do patrimônio da imigração dentro das políticas de preservação nacional.

⁷ Segundo Renk e Maschio (2020, p. 7) os poloneses e ucranianos são considerados eslavos devido aos países em que viviam antes da imigração, o Império Austro-Húngaro, Rússia e Prússia.

⁸ Os lambrequins desempenhavam a função de escoamento da água nos telhados das edificações como aponta Núbia Parol (2022, p. 120): “devido à inexistência de calhas para regular os fluxos da água pluvial, os lambrequins desempenhavam a função de pingadeiras”.

Como exposto acima, apesar de existir muitos bens culturais vinculados à imigração na Região Sul do Brasil, é certo que o patrimônio material vinculado ao passado colonial recebeu maior atenção do Iphan, nas duas primeiras décadas, especialmente na gestão de Rodrigo Andrade, que atuou nas cidades históricas consideradas importantes para a história do país. Por exemplo, o Iphan deu grande destaque à valorização dos aldeamentos jesuíticos no Rio Grande do Sul com o tombamento e a publicação de artigos na *Revista do Iphan* e de livros a respeito dos bens,⁹ tanto na gestão de Andrade como na de Renato Soeiro. A não valorização de bens culturais relacionados à imigração europeia dos séculos XIX e XX vincula-se, sobretudo, aos aspectos excludentes do nacionalismo varguista e à ideia de arte formulada pelos intelectuais modernistas à frente do Iphan. O fato de, até a década de 1980, as culturas relacionadas a outras identidades terem sido negligenciadas, certamente impactou sua preservação e valorização.

Com o crescimento dos centros urbanos, diversos bens com características tradicionais da cultura do imigrante foram destruídos e substituídos por edifícios que caracterizavam o progresso das cidades. Segundo o Iphan, as cidades que continham esses bens arquitetônicos em áreas urbanas foram desconfiguradas das características tradicionais como citado no relato da experiência em Santa Catarina: “O incremento da industrialização passou a alterar significativamente o contexto cultural catarinense. Alguns municípios, como Blumenau, perderam suas características tradicionais, optando pela mistificação”¹⁰ (Iphan, 1988b, p. 2). Muitos

⁹ Entre os bens tombados na Região Sul do Brasil, tiveram destaque os bens relacionados ao período colonial como casas de fazendas, aldeamentos jesuíticos e construções militares. É característico da primeira fase da gestão do Iphan a predileção pelo estilo jesuítico de construção, que se reflete nos tombamentos e artigos publicados na *Revista do Iphan*. A publicação se caracterizava pelos diversos artigos sobre bens tombados até a década de 1980. Contudo, o sul do país só teve artigos publicados relacionados às missões do Rio Grande do Sul, a uma personalidade histórica e uma nota sobre um museu em Curitiba. O Iphan também produziu alguns livros sobre as missões jesuítas como o *Assentamentos jesuíticos: territórios e significados* (2008), *Dossiê Missões* vols. I, II e III (2009), *Missões Jesuítas patrimônio da Humanidade* (2013), dentre outros.

¹⁰ No Boletim 39 do SPHAN, intitulado *Santa Catarina valoriza patrimônio deixado por imigrantes*, o órgão relata o processo de modernização dos centros urbanos como sendo uma alternativa à recriação das técnicas construtivas para compor as fachadas dos edifícios utilizando recursos mais modernos.

remanescentes do patrimônio do imigrante são encontrados em pequenas propriedades nas áreas rurais, locais isolados aonde a industrialização e a modernidade chegaram mais tardiamente, fato que resultou na preservação desses itens.

Já o órgão federal estipulava o valor dos bens por critérios, crenças e valores que defendiam a monumentalidade e o valor artístico era defendido em detrimento de construções mais populares. A legislação que reconhece e preserva o patrimônio cultural brasileiro surgiu em um cenário de política nacionalista, considerando uma ameaça à unidade nacional a presença de estrangeiros dentro do território brasileiro. Seus costumes e tradições foram censurados pelo governo de Vargas, o que contribuiu para a valorização tardia dos bens da imigração, como aponta Seyferth (1997, p. 124): “muito mais do que as diferenças concretas – sociais e culturais – os nacionalizadores pretendiam atingir as ideologias étnicas, os sentimentos de etnicidade”.

Segundo Daniela Pistorello (2015, p. 18), nas primeiras ações do Iphan com relação ao patrimônio do imigrante, o estado de Santa Catarina foi contemplado com dois tombamentos de bens na cidade de Joinville: o Palácio dos Príncipes,¹¹ em 1939, e, mais tarde, o Cemitério Protestante, em 1962. No entanto, a autora, ao analisar o patrimônio da imigração, afirma que a questão étnica ficou ausente nos processos de valorização dos bens: o Palácio dos Príncipes de Joinville foi tombado “privilegiando uma memória ligada à família imperial, ainda que nunca tivesse sido residência desta” (Pistorello, 2020, p. 7); e o cemitério, por sua vez, teve na questão estética a justificativa pela possível valorização, estabelecendo que “não se tratava de qualquer paisagem, mas daquela compreendida como sinônimo de natureza intocada, dotando o lugar de um ar bucólico, romântico, e dando-lhe a impressão de ‘cultivado abandono’” (Pistorello, 2020, p. 7). As primeiras iniciativas governamentais de valorização dos bens relacionados aos imigrantes não tiveram seus

¹¹ Segundo Diego Machado (2019, p. 110), o palácio foi “construído entre os anos de 1867 e 1870, por ordem de Frédéric Brüstlein, alsaciano que chegou na antiga Colônia Dona Francisca em 1863 para representar os interesses no Brasil do Príncipe de Joinville”. Décadas mais tarde, depois do seu tombamento pelo SPHAN, no ano de 1957, o palácio torna-se o Museu Nacional de Imigração e Colonização (Minc).

tombamentos atrelados à cultura do imigrante, mas sua ligação com o período imperial brasileiro e com ideia de belo ou valor artístico, somando a isso uma negação da presença dos imigrantes na identidade nacional do país.

Os bens tombados durante as primeiras décadas do SPHAN receberam outros usos devido ao alargamento da noção de patrimônio no país, como é o caso do Palácio dos Príncipes, atual Museu Nacional da Imigração e Colonização (MNIC), com um acervo composto por objetos de uso cotidiano, saberes, fazeres e narrativas históricas dos imigrantes; e uma expografia dedicada aos fluxos migratórios presentes no século XXI, com ênfase na cidade de Joinville.

Se, ao longo de mais de quatro décadas de atuação do Iphan, durante as gestões de Rodrigo Andrade e Renato Soeiro, as medidas voltadas aos bens da imigração/imigrantes foram exíguas, foi na década de 1980 que o SPHAN passou a priorizar outras identidades culturais devido ao alargamento da noção de patrimônio e a inclusão do CNRC em suas ações. Nessa época “[...] o ideário do CNRC se propunha a modernizar a noção de cultura brasileira, sem abrir mão, no entanto, de uma visão calcada no nacional-popular” (Fonseca, 2005, p. 160). A partir daí, o órgão estendeu a investigação e a produção de pesquisas para áreas até então negligenciadas nas primeiras décadas, e o patrimônio da imigração ganhou reconhecimento da esfera federal, como afirma Márcia Chuva (2009, p. 59): “[...] somente na década de 1980 o SPHAN passou efetivamente a considerar ‘patrimônio nacional’ expressões arquitetônicas e formas de ocupação do território nacional produzidas por imigrantes italianos e alemães no sul do país”.

Diante dessa mudança, surgiram os primeiros tombamentos desse processo de mapeamento e investigação: a Casa Presser (RS), 1984; a Escola Rural em Rio dos Cedros (SC), 1985; a Casa de Dona Neni, em Antônio do Prado (RS), 1985; a Ponte do Imperador, em Ivoti (RS), 1985; o Conjunto Arquitetônico de Antônio do Prado (RS), 1987; e a inauguração do Museu ao Ar Livre Princesa Isabel de Orleans (SC), em 1987.

A concretização do processo de mapeamento do patrimônio do imigrante se deve, em boa parte, à investigação que deu origem aos

boletins técnicos produzidos pelo SPHAN durante a gestão de Aloísio Magalhães, alertando o campo patrimonial sobre a importância dos bens dos imigrantes presentes na Região Sul, mas também às ações das comunidades locais, como relatado no Boletim 7 sobre a criação do Museu ao ar livre, de Orleans: “projeto nascido de proposta da comunidade local, destinado a preservar de forma viva e dinâmica a tecnologia dos imigrantes que colonizaram o sudeste de Santa Catarina” (Sphan, 1980a, p. 1). Essas primeiras ações realizadas no âmbito federal foram primordiais para reconhecer o imigrante como parte da cultura nacional. Contudo essas iniciativas de tombamento ocorreram isoladamente, expandindo-se somente no século seguinte.

A primeira iniciativa tomada pelo Iphan no século XXI foi a criação do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, em 27 de agosto de 2007, marcando o ápice do tombamento dos bens nas regiões de imigração. Segundo Pistorello (2015, p. 45), o projeto tinha como objetivo a “valorização da contribuição das diversas etnias na formação da identidade cultural brasileira, através da preservação de bens culturais tangíveis e intangíveis”. O projeto foi desenvolvido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) em conjunto com o Iphan :

[...] se pensou em uma ação não apenas de inventário e proteção dos bens culturais através do tombamento, mas em uma proposta mais completa e abrangente” ao considerar “as especificidades do patrimônio cultural dos imigrantes no sul do Brasil e sua necessidade de valorização (Weissheimer, 2012, p. 228).

Com o mapeamento do patrimônio realizado pelo Iphan, 61 bens arquitetônicos foram tombados no estado de Santa Catarina: “[...] um era relativo aos ucranianos; três, aos poloneses; seis, alusivos aos italianos; quatro apontados como produto da colonização ítalo e teuta; e o restante, 47, são concernentes aos imigrantes alemães” (Pistorello, 2018, p. 11).

Alguns anos mais tarde, o Iphan lançou a Portaria nº 127/2009 que estabeleceu a Chancela de Paisagem Cultural Brasileira, definindo como paisagem cultural: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo

de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Iphan, 2009, cap. 1, art. 1). Como é possível perceber na definição, a instauração da portaria demonstrou a preocupação do órgão com a preservação do território como um todo, ou seja, bens materiais e imateriais (Weissheimer; Martins, 2023, p. 15). Os patrimônios do imigrante inventariados nos processos de mapeamento do órgão durante a criação do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração foram incluídos na Chancela de Paisagem estabelecida pelo Iphan. Weissheimer e Martins (2023, p. 20), ao analisarem a Chancela de paisagem cultural da imigração, afirmam que o território mapeado no ano de 2007 recebeu notoriedade, porém, o estabelecimento da chancela não foi aberto pelo órgão federal: “[...] a gestão das áreas protegidas, atualmente, é feita unicamente com base nos dispositivos previstos pelo decreto-lei nº 25/37, em virtude da série de tombamentos efetivos na região”. O projeto não se expandiu, ficando restrito apenas às regiões mapeadas na implantação do Projeto Roteiros Nacionais em Santa Catarina, não havendo uma expansão por outras regiões.

Anos mais tarde, foi realizado mais dois tombamentos federais do patrimônio do imigrante: o Núcleo Urbano de Santa Tereza, em 2012 (Iphan, 2014b); e o Centro Histórico de Novo Hamburgo em 2015 (Iphan, 2015) – ambos no estado do Rio Grande do Sul. O tombamento desses dois patrimônios justifica-se pelas técnicas empregadas na arquitetura das casas que compõem a área histórica tombada, como relata o Iphan ao apresentar o Núcleo Urbano de Santa Tereza: “o tombamento considerou o traçado urbano preservado, seu acervo arquitetônico, a paisagem rural do município e a riqueza de todo o patrimônio cultural” (Iphan, 2014b).

A expansão nas definições de patrimônio e a realização de novos tombamentos foram importantes para a proteção patrimonial de diversos bens, como é o caso do patrimônio da imigração. Após os bens do imigrante permanecerem por muito tempo sem nenhum tipo de proteção legal, esse panorama mudou com as propostas implantadas nas últimas décadas. O cenário patrimonial construído no início do século XXI ganhou um panorama mais amplo devido à valorização do patrimônio imaterial e o registro como instrumento legal para a proteção desses bens relaciona-

dos às identidades culturais que não legaram às gerações futuras monumentos, mas práticas e modos de fazer ancoradas na ancestralidade e no cotidiano.

Ao analisar as ações de registro do patrimônio imaterial no país, percebemos a ausência de ações de valorização de bens relacionados à imigração europeia dos séculos XIX e XX pelo Iphan. Numa análise quantitativa e qualitativa dos bens registrados em nível federal na Região Sul, foi observado o registro de apenas dois bens: a celebração de Senhor dos Passos, em Florianópolis (SC); e a Tradição Doceira na cidade de Pelotas (RS). Notamos que ambos os registros desses bens foram realizados devido às tradições portuguesas do século XVIII no Brasil, e, diante desse fato, a representação dos imigrantes não foi contemplada ainda no registro do patrimônio imaterial brasileiro.

Mesmo não havendo nenhum registro do patrimônio do imigrante pelo Iphan, foram publicados inventários e dossiês relacionados ao mapeamento dos bens imateriais nas regiões de imigração no Sul do Brasil. No ano de 2011, foi elaborada a publicação *O Patrimônio Cultural da Imigração em Santa Catarina* (Iphan, 2011a), tendo como foco a questão imaterial. O mapeamento levantado pelo órgão nesta publicação considera os seguintes bens: a diversidade linguística; os hábitos alimentares e a culinária local; as festas; os grupos folclóricos; e as técnicas construtivas. A pesquisa foi direcionada às regiões de imigração inventariadas durante o estabelecimento do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, limitando-se ao estado de Santa Catarina.

Outra publicação que identifica bens imateriais no estado de Santa Catarina é o caderno de memória *Mestres artífices: Santa Catarina*, lançado em 2012, que apresenta os mestres dos saberes e a tradição construtiva a partir da arquitetura catarinense (Pimenta, 2012). A partir das técnicas empregadas nos bens arquitetônicos da imigração, foram mapeados, em Santa Catarina, artesãos que detém conhecimento construtivo e foram reconhecidos pelo Iphan.

Em 2014, a partir do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, o Iphan reconheceu o dialeto *talian* como Referência Cultural Brasileira:

Foi deliberada a inclusão da língua *talian* no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, uma vez que todos os requisitos foram atendidos, como atesta o processo de nº 01450.010077/2014-66 e dossiê correspondente, fazendo jus ao título de Referência Cultural Brasileira, conforme o Decreto nº 7.387, de 09 de dezembro de 2010 (Iphan, 2014a).

Esse dialeto teve sua formação nos núcleos coloniais de imigrantes italianos fixados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Ribeiro; Maggio, 2019, p. 75). Segundo Miazza (2011, p. 38) “o *talian* é uma língua que tomou forma a partir da fusão dos dialetos provinciais vênnetos pertencentes aos primeiros imigrantes”. O *talian* foi o único reconhecimento realizado pelo órgão que condiz com a cultura da imigração no Brasil.

A notoriedade do Iphan, ao tombar bens da imigração em território dos antigos núcleos germânicos e italianos, é evidente quando são analisados os dados de tombamento da Região Sul. Os patrimônios culturais de outras etnias que imigraram para o Brasil não foram contemplados pela legislação de proteção patrimonial, impactando seu reconhecimento como pertencentes à cultura brasileira. O alcance das políticas de preservação patrimonial relacionadas aos bens dos imigrantes é desenvolvido com mais êxito no estado de Santa Catarina, que teve o maior mapeamento do patrimônio e de bens tombados pelo Iphan. O estado do Rio Grande do Sul tem algumas regiões mapeadas pelo órgão e contém bens tombados, porém seu número é reduzido se comparado às ações realizadas em Santa Catarina. Com relação ao estado do Paraná, os bens dos imigrantes não possuem nenhuma proteção federal, ou seja, não há tombamentos.

Os serviços de proteção do patrimônio desenvolvidos pelo Iphan contemplaram até 2015 o tombamento de bens da imigração, o que indica que boa parte do patrimônio dos imigrantes continua sem ações legais de proteção e preservação em esfera federal. Os tombamentos e legislações realizadas em esfera estadual e municipal garantem, em parte, a valorização e a preservação desses bens, sendo reconhecida sua importância histórica e sua utilidade para transformá-los em museus ou espaços culturais que fortalecem e dão suporte para a difusão da identidade cultural das localidades.

A diversidade do patrimônio do imigrante: caminhos possíveis

Ao analisarmos a proteção do patrimônio do imigrante presente na Região Sul, nota-se a participação da comunidade em preservar bens materiais e tradições dos grupos étnicos. A criação de museus e centros de memória que abordam a temática da imigração tem sido um caminho para a valorização do patrimônio cultural e das memórias dos imigrantes. Ramos (2008, p. 2) afirma que os museus da imigração “[...] vem construindo uma memória para os imigrantes a partir dos objetos doados por estes mesmos imigrantes a estas casas de memória”. A partir da afirmação de Desvallées e Mairesse (2013, p. 254) de que “tudo que é musealizado é patrimonializado, mas [nem] tudo que é patrimonializado é musealizado”, compreendemos, neste estudo, a musealização de objetos em instituições museológicas e culturais também como valorização do patrimônio da imigração.

A maioria dessas instituições estão localizadas nos centros urbanos das colônias mais antigas e expõem muitos objetos (de uso cotidiano) e imagens dos primeiros imigrantes. Tais museus têm um grande potencial para a pesquisa de hábitos e costumes dos imigrantes, além de terem sido adaptados nos primeiros anos em terras tropicais. Os objetos, alguns transportados com muito esforço pelos imigrantes na travessia ou fabricados/adquiridos nos primeiros anos no Brasil, demonstram poder aquisitivo, costumes preservados e adaptados à realidade local. O processo de musealização de tais objetos permite que a comunidade local utilize as exposições para compartilhar a memória dos descendentes dos fluxos de imigrantes. Os museus são amplamente visitados por membros da comunidade – que se sentem orgulhosos em identificar objetos de familiares e em se reconhecer nas diversas histórias contadas nos espaços – e por grupos escolares, que relacionam as histórias familiares às contadas nos espaços museais.

Nesta pesquisa mencionamos nominalmente todos os museus da imigração da Região Sul do Brasil, a partir de dados compilados da plataforma Cadastro Nacional de Museus (*MuseusBr*) e de visi-

tas de campo, em algumas microrregiões, feitas para auxiliar na identificação de instituições museais nos três estados da Região Sul que buscam compartilhar memórias dos imigrantes em suas narrativas. Para quantificar os museus que narram essa história, sistematizamos os dados do cadastro das instituições encontradas na plataforma (Gráfico 1).

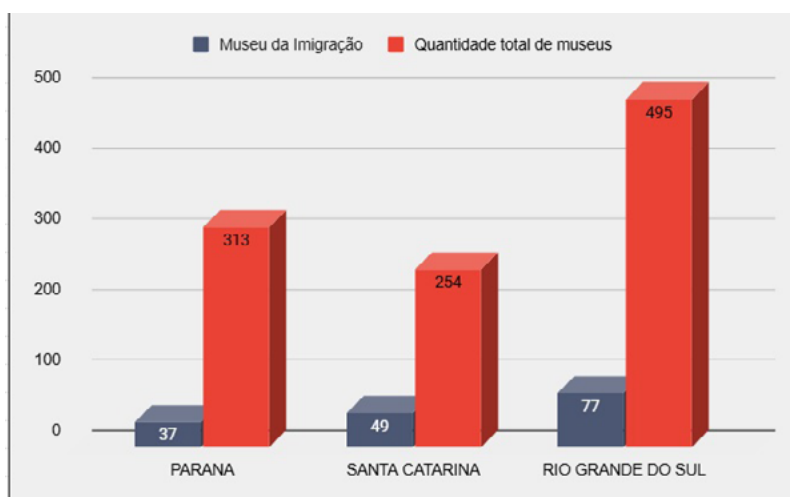


Gráfico 1. Quantidade de museus da imigração na Região Sul.

Elaboração das autoras.

Com a sistematização dos dados, observamos que a Região Sul do Brasil possui um total de 1.062 museus: o Rio Grande do Sul com 495; o Paraná com 313; e Santa Catarina com 254. Para identificarmos a quantidade de museus e suas narrativas expográficas, foi realizada a filtragem dos dados por estado e a análise das informações disponibilizadas nos sites dos museus e outras formas de comunicação museológica na Web. Analisando as instituições cadastradas na plataforma, encontramos os seguintes números com relação às instituições que buscam preservar os bens do imigrante: no Rio Grande do Sul, 77 museus; no Paraná, 37 museus; e em Santa Catarina, 49 museus.

MUSEUS DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA NA REGIÃO SUL		
PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
Casa da Memória de Virmond (Virmond)	Museu Nacional de Imigração e Colonização - MNIC (Joinville)	Museu Histórico Geringonza
Memorial Alemão - Bosque Alemão (Curitiba)	Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel (Orleans)	Museu Municipal de Dom Feliciano
Museu das Kolonistenhaus (Castro)	Centro Cultural Casa de São Pedro (São Pedro de Alcântara)	Museu Famiglia Tasca
Museu Casa do Imigrante Holandês (Castro)	Museu da Imigração (Rio dos Cedros)	Memorial Taperense Lydia Mombelli da Fonseca
Parque Estadual João Paulo II - Memorial de Imigração Polonesa no Brasil (Curitiba)	Museu Pomerano (Pomerode)	Museu Municipal de Caxias do Sul
Parque Histórico de Carambeí (Carambeí)	Museu da Memória dos Imigrantes Alemães (Bom Retiro)	Centro Cultural Padre Schio
Museu Municipal Edson Bloemer (Serranópolis do Iguaçu)	Casa do Imigrante Carl Weege (Pomerode)	Museu Histórico Municipal (Sobradinho/RS)
Museu da Colonização Holandesa (Arapoti)	Museu do Vinho (Videira)	Museu 25 de Julho
Casa da Memória de Marilena (Marilena)	Museu da Família Colonial (Blumenau)	Museu Histórico Municipal Irene Zuchetto Ramos
Memorial da Província Sul (Araucária)	Museu do Imigrante (Nova Veneza)	Museu Municipal de Pinhal Grande
Museu Municipal de Colorado (Colorado)	Museu Casa de Brusque	Museu Municipal Emílio Osmundo Assmann

MUSEUS DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA NA REGIÃO SUL		
PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
Museu Histórico de Marmeleiro (Marmaleiro)	Museu Interativo	Museu Municipal do Imigrante (Porto Mauá)
Museu Histórico Municipal de Guaraniaçu (Guaraniaçu)	Museu Histórico Cultural de Rio do Sul Victor Lucas	Museu São Brás
Memorial da Imigração Polonesa (Araucária)	Museu Municipal Salustiano Costa Júnior	Museu do Pão
Museu Municipal Cristóforo Colombo (Colombo)	Museu Histórico Municipal Monsenhor Agenor Neves Marques	Museu Municipal João Modtkowski
Museu Histórico Municipal Adão Wolski (Contenda)	Museu Casa da Memória (Águas de Chapecó)	Museu do Trem - Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul
Casa Bucovina (Rio Negro)	Museu e Arquivo Histórico Municipal Pedro Lorenzoni	Museu Municipal de Garibaldi
Museu Etnográfico de Santana (Cruz Machado)	Casa da Memória da Escola número 01	Museu Histórico Municipal de Nova Petrópolis
Casa da Memória Padre Bauer (São Mateus do Sul)	Museu dos Clubes de Caça e Tiro	Colônia Villa Nova
Memorial Ucraniano (Curitiba)	Casa da Memória e Cemitério do Imigrante de Joinville	Museu Estação Férrea Várzea Grande
Museu Casa do Colono (Tibagi)	Museu Municipal Pastor Karl Rammingner	Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp
Memorial da Cultura Polonesa (Palmeira)	Museu Municipal Magnus Leopoldo Kerber	Museu de Família Alberto Hillebrand

MUSEUS DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA NA REGIÃO SUL		
PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
Museu do Milênio (Prudentópolis)	Museu Sto Lat (Museu dos 100 Anos)	Casa do Imigrante Poplawski Samojeden
Museu Histórico Municipal (Cornélio Procopio)	Museu dos Usos e Costumes da Gente Trentina	Memorial ao Imigrante Alemão
Heimat Museum Witmarsum (Palmeira)	Casa da Memória e da Cultura de Alto Bela Vista	Museu Christian Kuhn
Memorial do Imigrante Italiano - Casa Eugênio Mottin (Colombo)	Memorial nona Maria Giovanna Milanese	Ecomuseu da Cultura do Vinho
Casa Culpi - Memorial da Imigração Italiana (Curitiba)	Museu do Imigrante (Timbó)	Museu Henrique Üebel
Museu Sítio Minguinho (Palmeira)	Casa de Memória Viúva Nute	Museu Rural do Imigrante
Museu do Trator (Arapoti)	Museu Municipal Victorino Affonso Lenhardt	Casa do Imigrante - Sapiranga
Museu do Café do Norte do Paraná (Londrina)	Museu Anton Eyng	Museu Municipal de Aratiba
Museu do Café - (Apucarana)	Museu do Marceneiro	Museu Padre Alberto Lamonatto
Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss - Universidade Estadual de Londrina	Casa da Memória de São Carlos	Museu Histórico Municipal de Dois Irmãos
Espaço Cultural Pioneiros do Café (Apucarana)	Museu Municipal Padre Guido Roque Lawisch	Museu Municipal Domingos Battistel

MUSEUS DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA NA REGIÃO SUL		
PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
MUSAP – Museu Municipal de Apucarana	Museu da Cultura Italiana	Museu Municipal Dácio Thobias Busanello
Centro Cultural Castrolanda (Castro)	Museu Histórico Lourenço Manenti	Museu Municipal de Silveira Martins – Museu do Imigrante
Museu Ucraniano de Curitiba (Curitiba)	Casa do Colonizador	Museu Municipal Professor Hugo Daros
Museu Imigrante Holandês –MIH (Arapoti)	Museu de Hábitos e Costumes	Museu Público Municipal do Imigrante – Jacutinga
	Museu Wolfgang Weege – Parque Malwee	Museu Histórico Visconde de São Leopoldo
	Museu Edevaldo Cyro Thiesen	Museu Histórico Pastor Rudolf Brauer
	Museu Colonial Família Águia	Museu Municipal Dona Ernestina
	Museu da Imigração de Rio dos Cedros e Região	Museu Casa Zinani
	Museu Dona Emília	Museu Municipal de Tucunduva
	Museu da Colonização de São Ludgero Umberto Brüning Schlickmann	Museu Histórico Municipal de Coronel Pilar
	Casa de Memória Camarolli	Museu do Açougue

MUSEUS DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA NA REGIÃO SUL		
PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
	Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim - Museu Casa de Brusque	Museu Histórico Municipal Bruno Born
	Museu do Vinho Mário de Pellegrin	Museu da Colonização de Vale Real
	Museu do Milho Antônio Sirena	Museu da Colônia Francesa
	Museu Municipal Ministro Andreas Thaler	Museu Público Municipal de Nova Bassano
	Museu Municipal e Arquivo Histórico de Guabiruba - Casa Scharf	Museu Histórico Municipal de Chapada
		Instituto Memória Histórica e Cultural
		Museu Histórico de Nova Hartz
		Museu Major José Nicoletti Filho
		Museu Antropológico do Rio Grande do Sul
		Museu e Arquivo Histórico Pedro Rossi
		Casa da Cultura Doutor Otto Stahl

MUSEUS DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA NA REGIÃO SUL		
PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
		Museu Municipal de Mato Castelhanos
		Museu Municipal Armindo Lauffer
		Museu Rio dos Sinos
		Museu Ambiência Casa de Pedra
		Museu Colonial Henrique Engelmann Sobrinho
		Museu Municipal Irmã Celina Schardong
		Museu Municipal Professor Laurindo Vier
		Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffemeister
		Museu Municipal Cláudio Oscar Becker
		Museu dos Imigrantes Marcos Bresolin
		Museu Histórico Municipal Irmã Tarcila M. Afonso

MUSEUS DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA NA REGIÃO SUL		
PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
		Museu Municipal Casa de Pedra
		Museu Histórico de Ipê
		Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo
		Museu Histórico de Cotiporã
		Museu do Imigrante - Bento Gonçalves
		Museu Municipal de Guaporé
		Museu Comunitário Casa Schmitt- Presser
		Fundação Ernesto Frederico Scheffel
		Museu Municipal (Quinze de Novembro)
		Museu Histórico Municipal Paulo Nüske
		Casa de Cultura Juarez Teixeira

Quadro 1. Lista dos museus da imigração na Região Sul. Elaboração das autoras.

Muitas instituições que abordam a temática estão inseridas, em sua maioria, na esfera pública e buscam, a partir dos processos de musealização, preservar a história dos imigrantes que se estabeleceram em tais localidades. Esses museus, por meio de diversas atividades, realizam uma conexão com a comunidade em que estão inseridos, elaborando, por exemplo, uma expografia a partir das doações dos habitantes e empresas privadas instaladas na cidade que demonstram o progresso do colono. A maioria dos museus que detém esses bens se caracteriza como museu histórico municipal com apoio comunitário para a preservação da história dos imigrantes presentes nas localidades.

Um exemplo é o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, localizado no centro da cidade, com expografia voltada para a história da Companhia de Terras Norte do Paraná que atraiu imigrantes para a região, principalmente japoneses e alemães. A expografia conta com uma grande quantidade de objetos doados pelas primeiras famílias que chegaram na década de 1930, ressaltando as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos e a adaptabilidade. O museu tem promovido, ao longo dos anos, atividades como cursos, mostras e oficinas relacionados às memórias dos imigrantes e ao patrimônio cultural. Entretanto, é importante ressaltar que, assim como dezenas de outros museus relacionados à imigração, os discursos não são neutros e procuram enfatizar as dificuldades na adaptação dos colonos ao Brasil, um discurso de prosperidade da localidade com a chegada dos colonos (poucos museus ressaltam os brasileiros que já estavam fixados na região) e a divulgação de tradições da região de origem mantidas ou adaptadas no território brasileiro. Ressalta-se que a experiência de visita no Museu Histórico de Londrina é muito diferente entre a visita livre e a guiada, pois a segunda modalidade foi repleta de dados memorialísticos que complementaram o discurso expográfico.

Evidentemente que essas narrativas elaboradas nos museus acabam privilegiando uma parte da história dos imigrantes, ocorrendo alguns apagamentos dentro dessas instituições, como homenagens às famílias mais nobres ou às figuras públicas, como políticos e coronéis, além de empresários da região. De toda forma, esses museus formam espaços de sociabilidade entre as pessoas e retra-

tam um diálogo local, a partir da seleção de objetos que contemplam um passado esquecido, durante décadas, pelas políticas de preservação e revelam a realidade das pequenas cidades da Região Sul. O papel da comunidade local, com os agentes da preservação do patrimônio, reflete os valores e os interesses que o grupo compartilha com uma atuação que modifica a realidade a seu favor. Desse modo, os grupos envolvidos na criação de museus da imigração garantem o não apagamento da história da imigração e a salvaguarda para as gerações futuras, mas também o fim do silenciamento de grupos de indivíduos (grupos de imigrantes não dominantes na região), povos originários e caboclos, por exemplo, que também contribuíram para o desenvolvimento de algumas regiões.

Nesse contexto, com críticas ao discurso expográfico de alguns museus, percebemos a potência das instituições, pois a criação de museus auxilia na salvaguarda da história local dentro das localidades. Em alguns casos, a comunidade participa da curadoria dos museus locais, acreditando que por intermédio da instituição museal há a garantia de se preservar o passado das antigas colônias. Em outros casos, as associações de amigos dos museus garantem uma ação mais participativa, como é o caso do Museu Nacional da Imigração e Colonização em Joinville (SC), do Museu do Imigrante em Bento Gonçalves (RS) e do Memorial da Imigração Polonesa em Curitiba (PR). Os membros das associações de amigos dos museus participam, variando de museu para museu, de ações educativas, da seleção de acervos, e narram aspectos memorialísticos da história local, mas também conseguem vantagens como entrada gratuita e descontos em serviços da instituição. Salienta-se que a participação de membros da sociedade como amigos dos museus reverbera a missão dos museus e suas ações pela comunidade.

Entende-se que, na valorização do patrimônio da imigração no sul do Brasil, cada vez mais tem ganhado força o conceito de subsidiariedade, que foca na autonomia, na descentralização e na não substituição do protagonismo local na escolha e proteção do patrimônio. Esta postura relaciona-se à ideia de que a gestão do patrimônio deve ser feita o mais próximo possível dos criadores e detentores do patrimônio, não separando-os da vida cotidiana, visto que o patrimônio oferece “terra fértil” necessária ao desen-

volvimento local (Varine, 2012). O despertar de ações individuais e de diversos coletivos têm demonstrado que o tombamento/registro do patrimônio é necessário, pois confere status de bem patrimonializado, mas que também é importante a valorização e a difusão por quem vive cotidianamente determinado patrimônio como algo relacionado à sua identidade.

Saindo dos museus e pensando nas tradições (saberes, fazeres e festas) mantidas por diversos grupos de imigrantes, apesar da ausência de registro de bens imateriais relacionados à imigração, as tradições culturais herdadas dos imigrantes possuem relevância para serem registradas e preservadas. Podemos citar: a tradição eslava de confecção de Pêssankas;¹² a celebração Pelznickel,¹³ que retrata a cultura germânica; as festas, como a festa da uva e a festa da polenta, que celebram a tradição dos imigrantes italianos; os hábitos alimentares e as formas de produção alimentícia, como a tradição de fazer linguiça artesanal, cuca alemã (Kuchen),¹⁴ strudel,¹⁵ o pierogi¹⁶ e o aluske,¹⁷ as danças e músicas típicas dos grupos culturais; e os dialetos das línguas maternais herdado dos imigrantes.

¹² Analu Steffen (2008, p. 22) ao analisar a pêssanka na cidade de Itaiópolis, localizada na região norte de Santa Catarina, apresenta que são ovos decorados com símbolos que detêm significados: “Podemos dizer, então, que pêssankas são ‘ovos escritos’ ou ‘poemas imagéticos’”. Segundo a autora, os ovos são dados de presente às pessoas e possuem, dentro da cultura eslava, o poder de um talismã para trazer proteção.

¹³ A celebração Pelznickel acontece na cidade de Guabiruba, em Santa Catarina, nos dias 6 a 24 de dezembro. Castro e Coelho (2015, p. 254) explicam que o Pelznickel é o nome dado a um personagem onde sua aparência aparenta ser de um monstro “uma besta com chifres que vem da floresta”. A tradição veio dos povos germânicos para a região do Vale do Itajaí e nos dias atuais é cultuada pela população local com desfiles e festas.

¹⁴ *Kuchen* em alemão significa bolo. A cuca consiste em um bolo com cobertura de frutas tendo uma camada de farofa de trigo, prato típico da Região Sul), consumido corriqueiramente em todo território. A tradição do consumo da cuca foi trazida ao Brasil pelos imigrantes de origem germânica passando por adaptações à realidade brasileira.

¹⁵ O *strudel* é uma sobremesa de origem germânica tradicional na Região Sul. Esse doce consiste em uma massa recheada com frutas, doces ou especiarias porém no Brasil é comum a utilização de maçãs no recheio.

¹⁶ O *pierogi* é um prato popular na Polônia e foi introduzido no Brasil pelos imigrantes eslavos, sendo consumido no Paraná e na região norte de Santa Catarina. Neli Teleginski (2014, p. 88) apresenta as características do prato como sendo uma massa cozida ou frita em formato de meia lua, recheada com diversos recheios, mais comumente a batata.

¹⁷ O *aluske* é um prato típico dos povos eslavos, sendo seu consumo habitual entre os imigrantes de origem ucraniana. O prato consiste em folhas cozidas de repolho ou couve, enroladas e recheadas com arroz e embutidos de porco.

Entretanto é importante ressaltar que a Oktoberfest é uma tradição inventada, como definiu Eric. J. Hobsbawn e Terence Ranger (1984), ou seja, o festival se enquadra como uma prática ritual ou simbólica criada recentemente, mas sugere ser mais antiga ou de realização contínua. Ao diferenciar que algumas tradições são inventadas com base em velhos costumes tradicionais, os autores demarcam que algumas tradições, que parecem possuir uma longa história dentro da sociedade, são inventadas e muitas vezes institucionalizadas, ao serem inseridas artificialmente em um contexto de continuidade histórica para legitimar, por exemplo, ações nacionalistas, fortalecimento de identidades, legitimar ações do Estado, incentivar turismo cultural, dentre outros fatores. Segundo os autores, as maiores ocorrências estão nas mudanças na sociedade ou de regime político, como, por exemplo, aqui no Brasil, com o fim da escravidão e a subida de Vargas ao poder em 1930 (Hobsbawn; Ranger, 1984). A Oktoberfest, ainda que seja a maior festa de tradição germânica no Brasil, tornou-se um produto comercial e turístico, criando uma forma genérica de identidade para a cultura germânica no país e ofuscando as demais tradições festivas e culturais de outros povos germânicos, como os bucovinos, os pomeranos, os boêmios, entre outros.

A participação popular na disseminação dessas tradições é a ferramenta utilizada na preservação desses bens, pela falta de reconhecimento político referente à cultura dos imigrantes. As alternativas escolhidas pelas populações frente à falta de valorização perante o patrimônio imaterial dos imigrantes foi a realização de festejos e celebrações organizados pela sociedade civil (associações, igrejas, sindicatos etc), fato que criou nas localidades uma identidade cultural ancorada no processo histórico e cultural da imigração. Um exemplo é a ação da Igreja Luterana, desde a chegada dos primeiros imigrantes, na manutenção de determinadas tradições alemãs relacionados a preservação da língua, costumes e tradições. A pequena cidade de Arroio do Padre, de imigração alemã-pomerana no Rio Grande do Sul, é um exemplo de colônia que se emancipou somente em 1996, mas que, ao longo da primeira metade do século XX, tinha diversas atividades educacionais, artísticas e culturais relacionadas à Igreja Luterana. Algumas se perpetuam até

hoje. Ressalta-se que as igrejas de tradição pomerana funcionavam como templo e escola, e que é possível observar em Arroio do Padre, e outras cidades de tradição pomerana, algumas tradições alemãs mantidas com o apoio da Igreja.

A título de exemplificação ainda se ressalta as diversas festas relacionadas à produção no meio rural que destacam aspectos da imigração. A festa da maçã, em Arroio do Padre (RS), de tradição alemã, a festa da uva, em Caxias do Sul (RS), relacionada à imigração italiana e a festa da colheita, em Mucuri (PR) de tradição polonesa, são apenas alguns exemplos de comemorações que envolvem culinária, dança e shows musicais relacionados à imigração de determinados grupos. Estas festividades, que têm atraído turistas de outras regiões do país, divulgam aspectos do patrimônio local antes apenas conhecidos pela comunidade.

Analisando o patrimônio dos imigrantes na Região Sul, notamos que a população vem desenvolvendo estratégias que visam à preservação patrimonial desses bens em muitas cidades/regiões onde não houve tombamentos pelo Iphan. Uma das estratégias, utilizada em regiões sem tombamentos, foi a criação de museus com o objetivo de salvaguardar a história e a memória desses imigrantes, principalmente no estado do Paraná, que ainda não possui nenhum bem do imigrante protegido legalmente a nível federal. Com relação aos bens imateriais, é perceptível a ampliação da transmissão de tradições e costumes aos membros mais jovens da família ou pelo trabalho comunitário com espaços destinados ao compartilhamento das histórias dos antepassados e suas vivências – principalmente pequenas associações como na cidade de Mafra (SC) onde um grupo de moradores e pesquisadores buscam mapear o patrimônio do município com o objetivo de valorizar e preservar os bens culturais da cidade. Observa-se, em pequenas e médias cidades, em espaços urbanos e rurais, a propagação da vontade de se manterem vivas as tradições culturais herdadas, realizando um trabalho de resistência ao se preservar os bens materiais/imateriais da imigração.

Portanto, observa-se que as ações de valorização ocorrem por meio da criação de museus e centros de memória, e pela valorização

de tradições por intermédio de museus municipais como o Casarão - Museus da Memória Regional na cidade de Itaiópolis (SC); igrejas católica (migração italiana, como em Caxias do Sul-RS), ortodoxa (migração ucraniana, como em Prudentópolis/PR) e igrejas luteranas (migração alemã, Guabiruba-SC); lideranças locais e políticas participativas, como em Mafrá/SC, com o Grupo Ucraniano Vesná. Salienta-se que as ações envolvem conflitos diversos, pois os processos de valorização do patrimônio não são neutros e representam um campo de disputas de poder, negociações entre diferentes atores sociais e conflitos de interesses.

Considerações finais

As análises desenvolvidas neste estudo apontam que o patrimônio da imigração presente na Região Sul representa uma parcela da identidade brasileira com tradições e costumes que permeiam diversas gerações que estão estabelecidas no Brasil. É evidente a importância desses bens para a história e para a cultura da realidade em que estão inseridos. Segundo Pistorello (2015, p. 175), mesmo existindo projetos e bens culturais tombados nas regiões de imigração, os processos de valorização ocorrem de forma deliberada sem um diálogo com a comunidade. Isto cria “um cenário romântico no qual o meio rural é mostrado como um ambiente de tranquilidade que pode ser oferecido como alternativa ao mundo urbano contemporâneo endossando a dicotomia urbano X rural”. A autora reconhece a pluralidade do patrimônio da imigração e admite que há uma invisibilidade por parte da gestão governamental em relação a esses bens. O tombamento tardio e a ausência de registro de bens patrimoniais vinculados à imigração refletem a inclusão parca do imigrante nos discursos sobre a identidade nacional, na década de 1930, que ressaltavam apenas o português, o negro e os povos originários como formadores do povo brasileiro, negligenciando a participação de milhões de pessoas que migraram nos últimos duzentos anos para o Brasil. O modelo adotado pelo Iphan, que evidencia o monumento histórico e valoriza como signos da nacionalidade os bens do período colonial, reduziu, durante décadas, ao silenciamento, diversas manifestações culturais/artísticas

do país e, conseqüentemente, não valorizou com equidade a contribuição de todos os grupos étnicos que formam o povo brasileiro.

A pesquisa constatou, a partir da análise qualitativa e quantitativa de bens tombados, que o patrimônio da imigração dos séculos XIX e XX não foi valorizado na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade e os bens só passaram a ser valorizados quando o pensamento a respeito de patrimônio no país tornou-se mais abrangente. Sobre esta valorização, classificada como tardia, em comparação com a arquitetura do período colonial e imperial de características luso-brasileiras, Pistorello é a pesquisadora que mais tem investigado como ocorreram as políticas públicas de preservação, sobretudo relacionadas à imigração italiana e germânica em Santa Catarina.

Além dos tombamentos, foram identificadas produções documentais e o mapeamento patrimonial em áreas de imigração desenvolvidas pelo Iphan que auxiliam na compreensão e no reconhecimento desses bens. Contudo, há regiões onde ainda não há bens tombados, como o estado do Paraná e o norte e o noroeste de Santa Catarina. Nesses locais, há a perda de tais edificações devido ao avanço do tempo ou a processos de modernização das cidades. O estudo ressalta ainda a concentração de tombamentos de patrimônios relacionados à imigração italiana e germânica em detrimento de outras etnias, como ucranianos, poloneses e holandeses, que também legaram, às futuras gerações, edificações históricas que refletem sua cultura e modo de vida. Os bens dos imigrantes nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná não tiveram tanto reconhecimento do Iphan quanto Santa Catarina que, além de possuir o maior número de bens tombados, também recebeu o maior número de publicações realizadas pelo órgão.

Observou-se que em algumas cidades onde o Iphan não atuou, ocorreram tombamentos a nível estadual ou municipal. Esses locais buscam criar legislações específicas para a preservação patrimonial, elaborando projetos para proteger esses bens materiais, preservando-os e garantindo que uma parte da memória e da história das localidades não sejam apagadas. Por fim, é relevante a atuação comunitária local com o objetivo de preservar os bens que narram uma parte da história e da constituição de cidades que ainda não

foram contempladas pela atuação do Iphan. Mafra (SC) e Rio Negro (PR) são exemplos de municípios que estão buscando a valorização de seus bens por meio da criação de grupos e tentativas de elaborar uma legislação própria.

Com relação ao registro do patrimônio imaterial, ainda não foram contemplados, a nível federal, as tradições e os costumes da imigração europeia dos séculos XIX e XX, o que impacta em sua preservação. É o caso dos dialetos linguísticos desenvolvidos nos núcleos coloniais. Essas tradições, herdadas pela população da Região Sul, estão ligadas diretamente aos habitantes desses locais, mas ainda são desconhecidas no restante do país, impedindo o reconhecimento e a valorização pela própria sociedade brasileira. Os registros desses bens imateriais são significativos para diversas regiões do Sul do país, pois representam a adaptação de diversos costumes e práticas no solo brasileiro, sendo evidentes as singularidades desse patrimônio. É importante ressaltar que não se trata de costumes europeus trazidos ao Brasil e que permaneceram iguais ao longo de duzentos anos, mas de práticas que aqui foram criadas ao longo do tempo.

Sem dúvida o instrumento do tombamento tem sido importante para a preservação de patrimônios vinculados à imigração, mas a atuação de membros da sociedade civil em diversas localidades, são essenciais para proteger a história desses imigrantes e para vincular a proteção/transmissão do patrimônio ao desenvolvimento local que envolve aspectos de pertencimento e econômicos. É evidente a importância dos espaços museais na consolidação dessas ações de preservação, pois a criação de museus locais, em sua maioria municipais (inseridos em espaços públicos como escolas, bibliotecas ou prédios históricos), possuem a ação ativa da comunidade na formação de acervos - doados e que narram a história da comunidade. Narrativas que não são neutras e que possuem tensões e conflitos com expografias possuindo como característica principal a exaltação do colono como o responsável pela prosperidade da cidade/região. Cabe aos museus o papel de salvaguardar e preservar a memória dos imigrantes perpetuada pela comunidade, e assim, contribuir para a valoração patrimonial dos

bens materiais e imateriais dos imigrantes. A narrativa da valorização do patrimônio da imigração, dessa forma, não é construída apenas pelo tombamento/registro do Iphan, mas pela participação ativa dos atores locais que propõem ações comunitárias e vinculadas às administrações municipais em prol da perpetuação do legado dos imigrantes.

Referências

ABREU, Martha. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONGIJO, Rebeca (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 351-370.

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera (org.). *Memória e novos patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015. p. 67-93. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/417>. Acesso em: 20 maio 2019.

AMARAL, João Paulo Pereira do. *Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial*. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 30, p. 270-287, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 126, nº 191-A, p. 1-27, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto de 25 de novembro de 1808. Permite a concessão de sesmarias aos

estrangeiros residentes no Brasil. In: BRASIL. *Collecção das leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 24.056, 6 dez. 1937.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 138, nº 151, p. 2, 7 ago. 2000.

BRASIL. Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Rio de Janeiro, ano 72, nº 164, p. 14.153, 17 jul. 1933.

CAROLA, Carlos Renato. Natureza admirada, natureza devastada: história e historiografia da colonização de Santa Catarina. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, nº 44, p. 547-572, jul./dez. 2010.

CASTRO, Álisson Sousa; COELHO, Ila-nil. Percursos de personagens natalinos da Europa para a América: entre familiaridade

e estranhamento. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 13, nº 27, p. 253-276, jan./jun. 2015.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). *90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate (1922-2012)*. Rio de Janeiro: Livros do Museu Histórico Nacional, 2014. p. 195-208.

DESvallées, André; MAIRESSE, François (ed.). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927-1967)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Iphan, 1996.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Marcadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo*. 2008. Tese (Doutorado em História

Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. Estatísticas do povoamento: imigração total: períodos anuais. *Brasil 500 anos*, [s. l.], [2000]. Disponível em: <https://shre.ink/3kZj>. Acesso em: 4 ago. 2025.

Iphan. *Ata da reunião da comissão técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística*. Brasília, DF: Iphan, 9 set. 2014a. Disponível em: <https://shre.ink/3cNs>. Acesso em: 27 fev. 2025.

IPHAN. Monumentos e espaços públicos tombados: Novo Hamburgo (RS). [*Portal Iphan*], [s. l.], 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1678/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

IPHAN. *O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina*. Brasília, DF: Iphan, 2011a.

IPHAN. Portaria Iphan nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, nº 83, p. 17, 5 maio 2009.

IPHAN. *Roteiros Nacionais de Imigração*: Santa Catarina. Florianópolis: Iphan, 2011b. 2 v. (Dossiê de tombamento).

IPHAN. Santa Tereza (RS). [*Portal Iphan*], [s. l.], 2014b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/395/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

IPHAN. *Termo de cooperação técnica que entre si celebram os órgãos e entidades*

abaixo nominados com o objetivo de promover e realizar ações que auxiliem na preservação do patrimônio do imigrante e implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração. Pomerode: Iphan, 27 ago. 2007. Disponível em: <https://shre.ink/3c4d>. Acesso em: 5 mar. 2025.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KLUG, João. *Consciência germânica e luteranismo na comunidade alemã de Florianópolis (1868-1938)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

LIMA, Alessandra Rodrigues. Patrimônio Cultural Afro-brasileiro e o Registro de Bens Imateriais: alcances e limitações. *Cadernos Nauí*, Florianópolis, v. 9, nº 17, p. 39-58, jul./dez. 2020.

LOPIS, Erivania Azevedo. Patrimônio histórico-cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. *Revista Mosaico*, [s. l.], v. 8, nº 12, p. 9-23, 2017.

MACHADO, Diego Finder. Um lugar para recordar a imigração no sul do Brasil: debates políticos e intelectuais na criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville/SC (1949-1957). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, nº 2, p. 99-128, jul./dez. 2019.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspeção de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 25, nº 3, p. 233-290, set./dez. 2017.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Novo mundo, novos patrimônios. *RIHGRGS*, Porto Alegre, nº 159, p. 165-181, dez. 2020.

MIAZZO, Giorgia. Afinal, o que é o “talian”? *Revista Italiano UERJ*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 1, p. 33-45, 2011.

NATAL, Caion Meneguello. *Da casa de barro ao palácio de concreto: a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <https://shre.ink/3QQB>. Acesso em: 10 maio 2026.

NOCE, Umberto Abreu. Por uma perspectiva decolonial do patrimônio cultural brasileiro. *VirtuaJus*, Belo Horizonte, v. 9, nº 16, p. 36-45, 1. sem. 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://shre.ink/3kZ8>. Acesso em: 10 maio 2026.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PAIVA, Odair da Cruz. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 23, nº 2, p. 211-237, jul./dez. 2015.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro Ed. UFRJ, 1987. p. 53-101.

PAROL, Núbia. Curitiba das tábuas verticais e mata-juntas: as casas tradicionais de madeira na primeira metade do século XX. *Revista de Arquitetura IMED*, Passo Fundo, v. 11, nº 2, p. 106-125, jul./dez. 2022.

- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: história da gente: 2º grau e pré-vestibular*. 3ª ed. rev. ampl. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1989.
- PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (coord.). *Mestres artificies*: Santa Catarina. Brasília, DF: Iphan, 2012.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.
- PISTORELLO, Daniela. Disputas e tensões no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina. *Revista Confluências Culturais*, Florianópolis, v. 7, nº 1, p. 9-20, mar. 2018.
- PISTORELLO, Daniela. Iphan e Fundação Catarinense de Cultura: políticas para o patrimônio cultural do imigrante europeu em Santa Catarina na década de 1980. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 28, d2e53, p. 1-27, 2020.
- PISTORELLO, Daniela. "O Brasil da diversidade?": patrimônio e paisagem cultural no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- POULOT, Dominique. Cultura, história, valores patrimoniais e museus. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 27, nº 46, p. 471-480, jul./dez. 2011.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. Os museus da imigração e seus acervos: um campo para o estudo da história. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS, 9., 2008, Porto Alegre. *Anais eletrônicos [...]*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. Simpósio temático 1: acervos: história, memória e patrimônio.
- RENK, Valquíria Elita; MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Por uma história da escola primária no contexto de imigração: experiências de escolarização entre imigrantes eslavos peninsulares itálicos no Paraná. *Revista Brasileira de História da Educação*, [s. l.], v. 20, e106, p. 1-27, 2020.
- RIBEIRO, Alessandra Regina; MAGGIO, Giliola. Contexto histórico da formação do talian: algumas considerações. *Revista de Italianística*, São Paulo, nº 38, p. 73-87, 2019.
- RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, nº 24, p. 97-105, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SPHAN. Antônio Prado. *Boletim Sphan Pró-Memória*, Rio de Janeiro, nº 44, nov./dez. 1988a.
- SPHAN. Inauguração 30 de agosto: Museu ao Ar Livre de Orleans. *Boletim Sphan Pró-Memória*, Rio de Janeiro, nº 7, jul./ago. 1980a.
- SPHAN. No sul, um projeto para resgatar a memória da imigração italiana. *Boletim Sphan Pró-Memória*, Rio de Janeiro, nº 29, mar./abr. 1984.
- SPHAN. Santa Catarina valoriza patrimônio deixado por imigrantes. *Boletim Sphan Pró-*

- Memória*, Rio de Janeiro, nº 39, jan./fev. 1988b.
- SPHAN. São Nicolau, Viamão, São Miguel...: a presença da Sphan no sul do Brasil. *Boletim Iphan*, Brasília, DF, nº 5, mar./abr. 1980b.
- SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, [s. l.], v. 3, nº 1. p. 95-131, 1997. Disponível em: <https://shre.ink/3QUk>. Acesso em: 29 ago. 2025.
- SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. *Mesas redondas*. Porto Seguro: RBA, 2008. Mesa redonda 12: imigrantes e emigrantes: as transformações das relações do estado brasileiro com a migração.
- SEYFERTH, Giralda. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 11, nº 22, p. 13-39, jul./dez. 2012.
- SINGULANE, Dalila Varela. A colonialidade patrimonial. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 18, nº 34, p. 304-336, jan./jun. 2026.
- SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 21, nº 2, p. 140-154, 2021.
- STEFFEN, Analu. *A estética diaspórica e a dádiva das Pêssankas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- TELEGINSKI, Neli Maria. Recheio de memórias: o pierogi e a identidade polonesa no Paraná, Brasil. *Revista Geonordeste*, São Cristóvão, ano 25, nº 2, p. 87-106, ago. 2014. Edição especial.
- VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- WEISSHEIMER, Maria Regina. A paisagem cultural e os Roteiros Nacionais de Imigração. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. *Anais [...]*. Brasília, DF: Iphan, 2012. t. 2, v. 2, p. 224-232.
- WEISSHEIMER, Maria Regina; MARTINS, Marina Cañas. Chancela da paisagem cultural: avanços e retrocessos em contextos institucionais mutantes. *Cadernos Naui*, Florianópolis, v. 12, nº 22, p. 13-30, jan./jun. 2023.

Thamiris Woehl | Possui bacharelado em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: starwoehl@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5763574873573208> | Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0155-6588>.

Sura Souza Carmo | Doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST). Docente Adjunto IV da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: suracarmo@yahoo.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0811613442084910> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3426-7593>.

<< Voltar ao início